Assembleia de Freguesia de Ega

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia, na sede da Junta de Freguesia em Ega, sob presidência de Carlos Grilo Bicho, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Leitura e votação da ata da última Assembleia de Freguesia;

2 – Intervenção do público;

3 – Período antes da ordem do dia;

4 – Ordem do dia:

4.1 – Análise e discussão do abaixo-assinado, enviado à Câmara Municipal, com o conhecimento ao Presidente da Assembleia de Freguesia, à Junta de Freguesia e à Assembleia Municipal;

4.2 – Informação do Presidente da Junta;

Compareceram na sessão os deputados Bruna Santos, Carlos Grilo Bicho, Daniel Pratas, Dina Melro, José Luís Rebelo, José Luís Sá, Paulo Gonçalves e Pedro Cipriano. O deputado Carlos Carecho não esteve presente, justificado a sua ausência por motivos de saúde, tendo sido substituído pelo deputado Amândio Cravo.

Por parte do executivo da Junta estiveram presentes o presidente Daniel Tomé, o secretário Álvaro Centeio e a tesoureira Regina Costa.

O Presidente da Assembleia deu início à reunião saudando todos os presentes. Iniciou-se o ponto um, leitura e votação da ata da última Assembleia de Freguesia e, uma vez que a ata foi disponibilizada previamente aos membros da assembleia, foi questionado aos presentes se prescindiam da leitura da mesma, tendo os mesmos concordado com a dispensa da sua leitura. Colocada a votação, a ata da assembleia anterior foi aprovada por maioria, com uma abstenção do PSD. O deputado Amândio Cravo não participou na votação por não ter estado presente na última reunião.

De seguida teve início o ponto dois, intervenção do público. Estava presente a cidadã Graça Devesa que solicitou a palavra e, saudando os presentes, aproveitou para enaltecer o trabalho realizado pela Junta de Freguesia, apesar dos parcos recursos, tendo referido especificamente a limpeza efetuada das estradas, caminhos e valetas. Referiu o facto de terem iniciado a limpeza da estrada Ega-Arrifana,

que estava em mau estado, e chamou à atenção para a necessidade de limpeza do caminho que vai para a gruta, na Arrifana, tendo referido que o mesmo é utilizado por grupos que vão fazer espeleologia, que por vezes têm dificuldades em encontrar o caminho, tendo sugerido a possibilidade de serem colocadas placas de sinalização no mesmo. O Presidente da Junta registou a sugestão e referiu que, efetivamente, esse caminho só tinha sido limpo uma vez nos últimos dois anos.

Prosseguiu a cidadã Graça Devesa para alertar para a necessidade de limpeza de um caminho à esquerda, antes do viaduto do IC2, na estrada que liga a Ega à Arrifana, referindo que o mesmo terá maior utilização com o aproximar da época da apanha da azeitona, informando que as pessoas se têm queixado do estado em que este se encontra.

Prosseguiu a sua intervenção questionando se, efetivamente, a Escola da Água estava de momento sem funcionário, ao que o Presidente da Junta respondeu afirmativamente tendo acrescentado que tem sido assegurada a abertura apenas uma vez por semana e informado que a Junta se candidatou tanto ao CEI como ao CEI + para tentar resolver a situação, estando a aguardar a decisão. O Presidente da Junta aproveitou, ainda, para afirmar que a Escola da Água não é para parar, contudo referiu que três trabalhadores com contrato de um ano foram embora e que em breve a Junta ia ficar apenas com um trabalhador estando a aguardar, efetivamente, o desfecho das candidaturas do CEI e do CEI + para novo reforço do quadro do pessoal.

Por fim, concluiu a cidadã Graça Devesa, com uma última questão, perguntando se a Junta de Freguesia continua a aceitar prestadores de trabalho a favor da comunidade, ao que o Presidente da Junta respondeu afirmativamente.

De seguida teve início o ponto três, período antes da ordem do dia. Tomou a palavra a deputada Bruna Santos para questionar se estavam programadas atividades até ao final do ano, para além da Feira de São Martinho, tendo referido que em tempos tinha questionado sobre a possível realização de seções de informação e esclarecimento afirmando que, até ao momento, não se apercebeu de qualquer realização.

De seguida tomou a palavra o deputado José Luís Rebelo para questionar o executivo se após a limpeza dos caminhos e regadios o trabalho foi observado pelo executivo no sentido de verificar se o mesmo tinha sido bem feito, referindo que existem umas filmagens que demonstram o estado em que o mesmo foi feito. Prosseguiu a sua intervenção questionando se o saneamento no Vale de Janes, Relves e Presa já estava concluído, nomeadamente se já estava ligado, ou não, e questionando o ponto de situação do saneamento na Ega, nomeadamente no Casal da Torre, no Casal da Fonte e na Rua das Hortas. Continuou abordando uma questão especifica na Rua das Hortas, afirmando porém que não é competência especifica da Junta de Freguesia mas que o Presidente da Junta poderia exercer a sua influência, nomeadamente quanto à situação em que na Rua das Hortas foi aprovada uma licença de construção, pelo executivo e serviços camarários, sem solicitação de fossa séptica, e mais tarde

atribuída a licença de habitabilidade. Referiu que essa situação se mantém e que as descargas têm sido feitas para um tanque de compensação. Informou que efetuou uma intervenção junto da Câmara Municipal, sobre a qual o Sr. Vereador afirmou que iria verificar, referindo que os esgotos estão a correr para a vala pública, situação que já se arrasta desde meados de agosto. Concluiu a sua intervenção questionando o Presidente da Junta se este tinha autorizado que o funcionário da Junta de Freguesia fosse tomar café na carrinha da Junta.

De seguida tomou a palavra o Presidente da Assembleia para abordar algumas situações. Iniciou a sua intervenção elogiando o trabalho que tem sido feito pelo executivo, salvo alguns casos em que é compreensível, uma vez que não é possível chegar a todo o lado. Continuou a sua intervenção alertando para a falta de duas letras no nome no cemitério de Casével, para o facto de na estrada Ega-Campizes, junto à zona dos cedros, as raízes destes estarem a levantar e a danificar o alcatrão, para a situação constante de lixo fora dos contentores no Casal do Rossio, para a questão do amianto no lavadouro, também no Casal do Rossio, e para a situação da estrada que liga a Rebolia ao Vale de Janes em que, em determinada zona, o alcatrão cedeu. Continuou a sua intervenção alertando para o facto de que não existem placas de sinalização a indicar onde se localiza a Ega. Deu alguns exemplos de placas colocadas, nomeadamente, em Casével a indicar Campizes, em Campizes a indicar Casével e duas colocadas recentemente na Ega, a indicar Campizes, uma no Casal da Praça e outra no Casal do Rossio. Prosseguiu referindo que, estando bem as placas colocadas, deveriam ser colocadas outras placas de sinalização, nomeadamente, a indicar Ega.

Concluiu a sua intervenção referindo que tinha sido abordado por uma pessoa da Rebolia que lhe tinha dito que ia ser instalada rede de fibra ótica da NOS no concelho de Condeixa e Soure mas que apenas chegaria à Serrazina e não à Rebolia, alertando o Presidente da Junta para verificar esta situação.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para responder às questões colocadas. Referiu que quanto às letras do cemitério de Casével iria averiguar a situação e que quanto ao piso junto aos cedros, na estrada Ega – Campizes, iria comunicar a situação à Câmara Municipal. Quanto à situação do lixo no Casal do Rossio afirmou que se trata, também, de uma questão de civismo, mas que ia alerta na Câmara Municipal para o assunto. Quanto ao amianto no telhado do lavadouro do Casal do Rossio referiu que existem mais dois casos, nomeadamente no lavadouro da Serrazina e no da Rebolia, sendo que foram todos incluídos no plano de investimento de 2018-2019, mais ainda não foi resolvido, tendo sido incluído no plano de investimento seguinte esperando que seja resolvido proximamente. Referiu que iria averiguar e analisar a situação do abatimento do piso na estrada Rebolia-Vale de Janes e a situação levantada quanto à falta de placas de sinalização a indicar Ega.

Continuou a sua intervenção referindo que quanto à limpeza dos regadios, nomeadamente no caso específico das Curtas, havia um compromisso por parte da Câmara Municipal em ir limpar o

regadio posteriormente à Junta ter efetuado a limpeza com o trator e que, por isso, é que o trabalho ficou no estado apresentado, tendo referido que apenas tinha sido solicitado à Junta a realização do corte da vegetação com o trator. Quanto ao saneamento referiu que nos casos abordados está concluída a execução da obra, apenas ainda não está ligado, informando que é uma situação que tem abordado junto da Câmara Municipal a fim de se resolver. Quanto às seções de informação e esclarecimento respondeu que foi efetuada uma sessão referente à limpeza de matas e que irá ser realizada outra referente às zonas de intervenção florestal, para verificar quem está interessado, sendo que a limpeza será efetuada por uma empresa através de candidatura a fundos comunitários, sem custos para os proprietários. Quanto a atividades futuras referiu que apenas está planeada a realização da Feira de São Martinho. Concluiu referindo que quanto à questão levantada de o funcionário da Junta ir beber café na carrinha da Junta teria de averiguar a situação.

De seguida tomou a palavra o deputado Daniel Pratas para referir que a questão dos contentores do lixo no Casal do Rossio é mais profunda que apenas um problema de civismo. Referiu que por vezes, quando há mau tempo, os contentores viram-se para a vala que passa atrás e o lixo acumula-se no lavadouro. Referiu que os contentores estão numa zona onde passa muita gente e por isso são muito usados, tendo dado a sugestão de ser construído um muro ou suporte na parte de trás para segurar os contentores e impedir o lixo de cair para o regadio. Aproveitou a sua intervenção para referir que solicitou, por duas vezes, ao executivo que fosse feita a limpeza do lavadouro do Casal do Rossio durante o Verão e que esse trabalho foi feito alertando, porém, que com a chuva o problema vai-se manter sendo necessária uma intervenção mais profunda. O Presidente da Junta respondeu que, efetivamente, já pensou numa solução para o local, mas que por vezes as pessoas têm outras ideias e levantam problemas, sendo que umas gostariam de manter o que está e outras concordam com outras soluções, não existindo um consenso.

De seguida tomou a palavra o deputado Amândio Cravo para alertar para o estado do piso na estrada que liga Campizes a Casével, tendo o Presidente da Junta respondido que tem lutado para resolver a situação, assim como a situação da estrada que liga a Ega ao Sebal e a situação da Rua das Pinheirinhas na Ega, porém ainda não foi possível resolver apesar da pressão efetuada.

Seguidamente passou-se ao ponto quatro ponto um, análise e discussão do abaixo-assinado, enviado à Câmara Municipal, com o conhecimento ao Presidente da Assembleia de Freguesia, à Junta de Freguesia e à Assembleia Municipal.

Neste momento estavam presentes os cidadãos Paulo Santos e Miguel Caridade tendo ambos solicitado a palavra. Apesar de a reunião já estar fora do ponto dois, intervenção do público, o Presidente da Assembleia acedeu, com concordância dos presentes, a abrir uma exceção para que todos pudessem intervir.

Posto isto, tomou a palavra o cidadão Paulo Santos para referir que em relação ao abaixo-assinado já ouviu dizer que consideram 301 assinaturas muitas assinaturas, porém ele considera 301 assinaturas poucas, sendo que esse número deriva de 305 pessoas abordadas sendo que apenas 4 pessoas se recusaram a assinar o documento. Continuou a sua intervenção afirmando que o número de assinaturas teria sido superior caso tivesse tido mais disponibilidade e questionou o executivo da Junta se sabia qual o objetivo da colocação do sinal de STOP no entroncamento do Casal do Rossio, há data pelo executivo do Presidente António Simões, e porque razão chegaram a uma conclusão de agora o retirarem.

Tomou a palavra o Presidente da Junta para responder às questões colocadas. Referiu que, efetivamente, o sinal de STOP foi colocado naquele local pelo executivo do Presidente António Simões e esteve naquele local desde 2001 até 2015. Prosseguiu referindo que a única questão agora levantada foi que após a conclusão das obras de intervenção na EN 342 na Ega, todos os sinais provisórios foram retirados e apenas ficou aquele. Informou que já em 2015 tinha colocado esta questão à consideração, mas que o vereador do pelouro respondeu que existia a questão da segurança e que haveria de analisar o assunto. Continuou referindo que o assunto foi andando até que a Junta de Freguesia apresentou a sua proposta de alteração informando, porém, que a Câmara Municipal é que tem a última decisão. Prosseguiu questionando que passaram 14 anos e esteve sempre tudo bem e só agora é que a situação está mal, afirmando que a intuição da proposta foi no sentido de que todos os sinais provisórios foram retirados após as obras e apenas aquele ficou.

O cidadão Paulo Santos usou da palavra argumentando que o objetivo da colocação do STOP naquele local era dar segurança a uma faixa de rodagem que não tem um mínimo de visibilidade e diminuir a velocidade sendo que toda a gente concordou com isso.

De seguida tomou a palavra o cidadão Miguel Caridade iniciando com uma declaração de interesse referindo que talvez tivesse sido melhor ter sido feita a leitura da correspondência que foi enviada para a Assembleia de Freguesia. Prosseguiu a sua intervenção referindo que não compreende que um executivo de uma Junta de Freguesia possa ter como critério principal, e com isso tomar a decisão de solicitar à Câmara Municipal a retirada do sinal, apenas e só o facto de todos os outros sinais que foram colocados no âmbito da requalificação da EN 342 terem sido retirados e aquele não. Prosseguiu a sua intervenção afirmando que o vereador do pelouro sempre argumentou que o sinal de STOP não tinha sido retirado como os restantes sinais, não porque tinham terminado as obras, mas porque entendia que as condições de segurança não se tinham alterado de forma a permitir a sua retirada. Continuou afirmando que a assunção que faz, pensando nas duas vezes em que o sinal foi retirado do local, é que temos presente um problema de passagem, ou seja, é visto que o facto de existir ali a sinalização vertical pode estar a ser interpretado como uma autoridade ou quase como um aspeto de vassalagem pelo facto de as pessoas terem de parar para passar ali. Afirmou, mais uma vez, que não compreende que um executivo da Junta de Freguesia possa ter solicitado à Câmara Municipal a retirada

do sinal sabendo, à partida, que a razão pela qual ele se mantinha no local era, apenas e só, por questões de segurança.

Prosseguiu a sua intervenção afirmando que não estava certo de que aquela tipologia de sinal fosse a melhor para o local, sendo que nem sequer foi feito um estudo sobre o local sabendo, de antemão, que é uma estrada muito movimentada e que o que o preocupa, enquanto cidadão, é o facto de que todas as pessoas, em finais de tarde ou inícios da manhã, que vêm do sentido do Casal da Praça para virar para os Barreiros, não são visíveis para quem vem de Campizes, e o contrário também se verifica, o que poderá gerar ali alguma colisão e colocar em causa a segurança das pessoas.

Afirmou que seria prudente que, antes de ter sido solicitada a retirada dessa barreira ao executivo municipal e sendo esta a única forma, até se encontrar outra, de permitir que as pessoas ali possam passar em segurança, tivesse sido solicitado junto do vereador do pelouro, não esquecendo que foi ele que tomou a decisão final, que seja visto em primeiro lugar o critério de segurança e que antes de se retirar o que quer que seja que se encontre, junto da Câmara, uma solução que possa dotar aquele local de uma maior segurança a quem ali passa.

Continuou referindo que o executivo da Junta tomou uma decisão por unanimidade, mas, seguramente, não está preso a ela. Pediu, mais uma vez, que se faça um estudo mas que até lá as condições de segurança que estavam garantidas não sejam postas em causa afirmando que não gostaria de estar no lugar do Presidente da Junta sabendo que durante este período em que o processo possa estar a decorrer na Câmara Municipal, alguém possa ter ali um acidente ficando nós a pensar que se se tem mantido o STOP ou se se tivesse encontrado uma alternativa melhor, essa situação não teria ocorrido.

Concluiu a sua intervenção apelando ao executivo da Junta que tenha a abertura necessária para procurar junto da Câmara Municipal uma solução melhor do que aquela que temos atualmente.

De seguida tomou a palavra o presidente da Junta para referir que as pessoas ainda não se aperceberam de um aspeto, nomeadamente do facto de a Câmara Municipal ter tomado uma decisão, mas que até nem foi a solução solicitada pelo executivo da Junta. Prosseguiu explicando que o STOP foi retirado mas a prioridade mantém-se informando que o que se fez adicionalmente foi apenas colocar um espelho para que quem venha no sentido de Campizes possa verificar se vem alguém e se tem necessidade, ou não, de parar, sendo que a prioridade mantém-se para quem vem dos Barreiros. Explicou que a Junta de Freguesia fez a sua proposta, mas que a Câmara foi ao local analisar a questão e optou por retirar por completo o STOP e não o colocar, por exemplo, no sentido de quem vem dos Barreiros.

De seguida, e após as intervenções do público, teve início propriamente dito o ponto quatro ponto um, tendo sido lido o abaixo-assinado, entregue com 301 assinaturas, que aqui se transcreve:

"Os abaixo-assinados, utilizadores da estrada municipal Ega-Campizes, em especial no seu entroncamento em Casal do Rossio, Ega, vêm solicitar a Vossa Ex.ª que proceda à revogação da Sua decisão de 19 de novembro de 2018, de remover a sinalização vertical (STOP) no sentido Campizes-Ega, atendendo a que:

1. Não foram alteradas as condições de segurança no local, para garantir a visibilidade necessária para quem segue no sentido Ega-Campizes e pretenda alterar o sentido da marcha para o Casal dos Barreiros;

2. A manutenção da sinalização vertical (STOP) no local, mesmo após a conclusão das obras de requalificação da EN 342 em 2015, deveu-se exclusivamente a questões de segurança, conforme V.ª Ex.ª sempre afirmou em várias Assembleias Municipais, nomeadamente em 22-06-2015 e de 23-11-2015;

3. Ainda que não se conheçam os pressupostos que levaram à Junta de Freguesia de Ega a propor a V.ª Ex.ª a retirada da sinalização vertical (STOP), nem sendo conhecida a avaliação de segurança rodoviária e respetivo impacto observado por V.ª Ex.ª, estranhamos o diferimento observado de mais de meio ano desde a Sua comunicação à população e a retirada do sinal STOP ocorrida em julho último;

Assim, e estando certos de que V.ª Ex.ª se manterá intransigente na adoção de medidas que não coloquem em causa a proteção de bens e a segurança de pessoas que circulam no itinerário suprarreferido, solicitamos que tempestivamente possa ordenar a recolocação do sinal STOP. Cumulativamente, e em estreita colaboração com a Junta de Freguesia de Ega, solicitamos que possa proceder ao esclarecimento deste assunto junto da população, no sentido de clarificar que se trata apenas de acautelar a segurança de vidas humanas e não a qualquer tentativa de hierarquização de estradas, de localidades e muito menos de pessoas".

De seguida, tomou a palavra o deputado Paulo Gonçalves para referir que não entende o porquê de este ponto constar na ordem de trabalhos da assembleia uma vez que se tratou de uma decisão da Câmara Municipal afirmando que se trata de uma questão de bairrismo.

De seguida tomou a palavra o deputado Daniel Pratas para referir que se levantou um problema onde ele não existia. Afirmou que existe muito excesso de velocidade por parte de quem chega do lado de Campizes, ao entrar na Ega, e que muita gente respeitava o STOP. Referiu que o fluxo de trânsito de quem vem dos Cortezes para virar para os Barreiros será maior do que o fluxo Campizes-Ega e que o sinal de STOP salvaguardava a segurança de quem vem no sentido Cortezes-Barreiros sendo que a visibilidade é reduzida, principalmente ao início da manhã e ao final da tarde. Concluiu referindo que a visibilidade de quem vem de Campizes, sobre quem vem dos Barreiros, também não é a ideal sendo que o sinal de STOP, no sítio onde estava, salvaguardava todas as opções.

De seguida tomou a palavra o deputado José Luís Rebelo para concordar com a opinião do deputado Paulo Gonçalves no sentido de que este ponto não era assunto para vir à Assembleia de Freguesia tendo sido uma decisão tomada por quem de direito. Referiu, ainda. que não foi esta a proposta apresentada pela Junta de Freguesia, mas sim uma proposta mais gravosa que seria a de colocar o STOP no sentido de quem vem dos Barreiros, porém seria sempre assunto da competência do pelouro respetivo da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Afirmou que, noutro sentido, deveria ter vindo à Assembleia de Freguesia uma moção de censura à decisão tomada e apresentada pelo executivo da Junta de Freguesia.

Continuou a sua intervenção referindo que não é verdade que todos os sinais provisórios tenham sido retirados após as obras de requalificação da EN 342 referindo, inclusive, a questão das linhas amarelas divisórias do sentido de tráfego que ainda se mantêm, nomeadamente na zona do cruzamento da Praça.

Prosseguiu referindo que o que o preocupa é a segurança das pessoas que passam naquele local e que até podem ser colocadas placas de limite de velocidade de 50 que o efeito é o mesmo pois, segundo o código da estrada, dentro das localidades o limite de velocidade é de 50. Afirmou que a questão do sinal de STOP estava à responsabilidade do Presidente da Junta.

Continuou a sua intervenção para informar que não assinou o abaixo-assinado, apesar de concordar com o mesmo e que, curiosamente, este foi assinado por alguns membros da Assembleia de Freguesia que ali nunca se pronunciaram sobre o assunto. Prosseguiu afirmando que se deveria ter mantido a solução que estava até se ter encontrado outra solução melhor, que fosse viável para todos. Deu como exemplo o caso de quem vem do Relves, Presa para o lado do Vale de Janes, pela N1, na subida das duas faixas, onde está do lado direito um STOP e em cima do STOP um sinal de obrigatoriedade de virar à direita, sinalização ali colocada para precaver situações de acidente.

Continuou a sua intervenção referindo que no caso do Casal do Rossio, quem vem dos Barreiros chega ao entroncamento, vê se não vem ninguém e entra na estrada, porém, quem vem dos Cortezes, para virar para os Barreiros, não tem visibilidade de frente que permita virar em segurança. Afirmou que existem soluções alternativas, nomeadamente, lombas tendo dado o exemplo das colocadas em Campizes e na entrada da Ega, no Casal da Cruz, tendo afirmado que uma possível solução era deixar o STOP no sítio onde estava e colocar uma lomba, não tipo bandas como estiveram anteriormente, mas como estão, por exemplo, em Campizes, permitindo a redução da velocidade.

Terminou a sua intervenção referindo que o fluxo de trânsito no sentido Cortezes-Barreiros (e inverso) é seguramente maior e que se trata, sobretudo, de uma questão de coerência e de segurança para quem vira no entroncamento. Referiu, ainda, que durante este tempo todo não existiram sinistros no local, mas que, curiosamente, quando o STOP não esteve no local existiram ali acidentes.

De seguida tomou a palavra o Presidente da Assembleia para afirmar que o que está em causa é uma questão de segurança. Deu como exemplos o STOP colocado no Casal de Santo Amaro em Belide, em rua que não tem saída, o STOP colocado para quem vem da Pouca Pena à entrada do Casal do Missa e o STOP colocado na estrada que liga a Rebolia ao Vale de Janes, nomeadamente, à chegada ao Vale de Janes. Reforçou a questão de que inicialmente o STOP foi colocado naquele local, no Casal do Rossio, no seu tempo de Junta, por questões de segurança tendo sido posteriormente alterado de sítio pelo atual Presidente de Junta e que, efetivamente como referido, seguiu-se uma série de anos em que não existiu mais alterações só que, agora, e após o entendimento da Câmara Municipal em manter o sinal após a conclusão das obras na EN 342 por questões de segurança, aproveitou-se a oportunidade para mais uma vez se retirar o sinal, sem ter em consideração esse fator de segurança.

Continuou a sua intervenção afirmando que, de facto, existiram mais sinais que não foi retirados, nomeadamente a sinalização de estacionamento proibido a veículos pesados. Apelou ao Presidente da Junta para o mesmo exercer a sua influência junto da Câmara Municipal a fim de se rever a situação devendo ser sensível ao abaixo-assinado entregue, onde constam 301 assinaturas. Voltou a reforçar o facto de que o objetivo do STOP se prendia, não com a questão da prioridade para quem vem dos Barreiros, mas sim com a segurança de quem vem dos Cortezes para virar para cima, referindo que muitas pessoas passam em excesso de velocidade. Informou, ainda, que o abaixo-assinado não era um assunto que deveria vir à Assembleia de Freguesia, contudo, uma vez que o mesmo foi enviado com conhecimento do Presidente da Assembleia de Freguesia, e por esse motivo, o mesmo não deveria ser ignorado, uma vez que estamos aqui para servir as pessoas.

De seguida tomou a palavra o Presidente da Junta para responder que é claro que quem está nestas funções está para colaborar e para fazer o melhor pelas pessoas referindo, mais uma vez, que a Junta fez a proposta, mas que a decisão final foi da Câmara Municipal.

Posto isto, o Presidente da Assembleia de Freguesia questionou se o Presidente da Junta acedia, ou não, ao pedido apresentado no abaixo-assinado caso contrário seria apresentada uma proposta a votação na presente Assembleia, nomeadamente de tomada de posição, ao que o Presidente da Junta respondeu que achava que o Presidente da Assembleia deveria apresentar a proposta. O Presidente da Assembleia afirmou que tinha a responsabilidade de dar uma resposta aos cidadãos que lhe fizeram chegar, também, o abaixo assinado.

Posto isto, o Presidente da Assembleia apresentou a seguinte proposta aos membros da Assembleia, que aqui se transcreve:

"Considerando a pertinência do abaixo assinado enviado à Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova com o conhecimento ao Presidente da Assembleia de Freguesia de Ega, por 301 cidadãos, considerando que a colocação da anterior sinalização teve em vista, exclusivamente, razões de segurança que continuam a manter-se, considerando que não se conhecem motivos para a recente

alteração efetuada propõe-se que o executivo da Junta exerça a sua influência junto da Câmara Municipal para que se concretize a vontade destes cidadãos revertendo, assim, a decisão agora tomada; dar conhecimento desta situação à Câmara Municipal de Condeixa e à Assembleia Municipal".

De seguida, foi questionado aos membros da Assembleia quem estava de acordo a que se votasse a proposta apresentada tendo existido, neste ponto, um voto contra do PS e uma abstenção do BE.

Posto isto, colocou-se a proposta apresentada a votação tendo a mesma tido um voto contra do PS e uma abstenção do BE.

De seguida, o Presidente da Junta tomou a palavra para referir que o assunto estava em análise junto das entidades competentes. Prosseguiu questionando se numa hipotética hipótese de aparecer outro abaixo assinado com mais assinaturas, íamos deitar por terra a presente proposta em detrimento da nova afirmando, novamente, que as entidades competentes é que terão de decidir.

Seguidamente, passou-se ao ponto quatro ponto dois, informação do Presidente da Junta. Tomou a palavra o Presidente da Junta para informar que quanto à casa mortuária do Casal do Missa a informação que tem é a de que em outubro iria para concurso a fim de se iniciar a obra. Prosseguiu referindo que quanto à requalificação da escola de Campizes está-se a aguardar um orçamento sendo que a Câmara está a analisar o assunto; quanto aos portões automáticos nos cemitérios informou que o de Casével estava quase pronto e o da Ega seria colocado em breve; informou que tiveram inicio algumas pavimentações por parte da Câmara, tendo dado como exemplo a Rua do Carvalho e a Rua da Marreca em Campizes, estando previsto intervenções na Rebolia brevemente; informou que a Junta irá ficar apenas com dois trabalhadores mas que um sairá em Novembro estando a aguardar as candidaturas efetuadas para reforço de pessoal. Terminou a sua intervenção informando que a Junta irá continuar com os trabalhos de limpeza na freguesia.

Nada mais havendo a tratar, pelas vinte e duas horas e trinta minutos, o Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

O Presidente da Assembleia

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário